

# Iniciativa Portuguesa do Fórum da Governação da Internet 2023

## Mensagens de Lisboa Messages from Lisbon

12 de julho de 2023  
July 12, 2023



ANACOM



DECO



# CONNECT ALL PEOPLE TO THE INTERNET, INCLUDING ALL SCHOOLS

## **Oradores:**

Luís Gaspar, [ANACOM](#)

Ricardo Salgado, [dstelecom](#)

Martijn van Delden, [Amazon Kuiper](#)

**Moderadora:** Fátima Caçador, [Casa dos Bits](#)

**Relator:** Manuel da Costa Cabral, [ANACOM](#)

A conectividade é um vetor essencial para a inclusão online. Depende de boa cobertura territorial, da disponibilidade de serviços e aplicações em linha, com preços acessíveis e da motivação dos utilizadores para dela retirar o máximo benefício.

A vontade dos utilizadores para acederem à Internet tem de ser estimulada através do aumento da literacia digital, efetiva segurança, privacidade, fomento da confiança no uso das comunicações eletrónicas e de um maior empoderamento da experiência individual de utilização da Internet face à crescente mediação das grandes plataformas digitais. Só assim a participação na transformação digital pode ser feita de modo a maximizar o benefício que cada indivíduo pode obter na utilização da Internet. São imprescindíveis as soluções tecnológicas diferentes e inovadoras com capacidades na ordem dos gigabits, com baixa latência e com elevada qualidade de experiência.

Há que continuar a criar e implementar políticas públicas que envolvam o sector privado e outras organizações da sociedade civil, estabelecer quadros regulatórios claros e estáveis para os mercados de comunicações eletrónicas, onde a complementaridade de serviços e soluções tecnológicas contribui para a criação de valor para os consumidores.

As iniciativas portuguesas são assim orientadas à promoção da concorrência, criando um ambiente regulatório estimulador do investimento, de preços competitivos e a existência de ofertas diversificadas para responder às necessidades efetivas dos utilizadores.

Essas iniciativas regulatórias concretizam-se com a atribuição e renovação dos direitos de utilização do espectro com obrigações de acesso às redes e de cobertura do território; com a promoção da instalação de fibra em regiões com escassez dessa oferta através do concurso para eliminação das áreas brancas com inclusão de financiamento público; com a imposição de obrigações de acesso aos postes e às condutas do operador com poder de mercado significativo e com a imposição de obrigações, a todos os operadores, de acesso a infraestruturas consideradas aptas para as comunicações eletrônicas, as quais são disponibilizadas numa plataforma de dados georreferenciados com o mapeamento das referidas infraestruturas.

Para além do fomento das condições concorrenciais, mecanismos complementares, como a criação de tarifas sociais de acesso à Internet, podem revelar-se particularmente úteis para a acessibilidade dos consumidores de mais baixos rendimentos.

Todas as medidas para a conectividade e disponibilidade orientam-se assim ao aumento da concorrência e da coesão territorial, a garantir serviços digitais em diversas áreas, tais como, na saúde, educação, justiça, segurança social ou proteção civil e a assegurar uma adequada proteção dos utilizadores.

# DATA GOVERNANCE AND TRUST/MISLEADING CONTENT

## Oradores:

Graça Canto Moniz, [Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa](#)

Luis Silveira Botelho, [IGAC](#)

Paulo Fonseca, [DECO](#)

Pedro Portugal Gaspar, [ASAE](#)

Pedro Verdelho, [Procurador da República](#)

**Moderadora:** Marta Moreira Dias, [.PT](#)

**Relator:** Luís Pisco, [DECO](#)

- A disponibilidade dos consumidores para fornecerem dados pessoais em ambiente digital é maior do que no mundo físico, sem que, muitas das vezes, leiam ou se informem das consequências, antes de dar o seu consentimento.
- A assimetria digital é um facto cada vez mais preocupante, na medida em que a utilização de IA no mundo digital manipula o consumidor através de padrões obscuros e outras técnicas, condicionando a sua liberdade de escolha. Nesse sentido, devem algumas práticas ser reguladas e outras proibidas.
- As entidades públicas responsáveis pela fiscalização e aplicação da lei devem adaptar a sua organização e procedimentos à nova realidade e modelos de negócio digitais.
- O "castelo" europeu de proteção legal dos dados pessoais contrasta com a ausência ou menor proteção destes noutros pontos do globo, fragilizando a sua eficácia e dificultando o desejável fluxo livre e protegido de dados.
- É fundamental o entendimento entre entidades públicas e privadas para o desenvolvimento de mecanismos de prevenção e dissuasão de práticas e comportamentos em ambiente digital que atentem contra a privacidade e direitos autorais.
- O investimento em medidas de combate à iliteracia digital deve ser dirigido a públicos cada vez mais jovens e acompanhar o seu percurso de crescimento enquanto indivíduos.

# AVOID INTERNET FRAGMENTATION AND DIGITAL COMMONS AS A GLOBAL PUBLIC GOOD

## Oradores:

Andrea Beccalli, ICANN

Fátima Caçador, Casa dos Bits

João Nuno Ferreira, FCT

Luisa Ribeiro Lopes, .PT & INCoDe.2030

**Moderadora:** Ana Cristina Neves, FCT

**Relator:** André Silva, CNCS

A Internet tem desempenhado um papel fundamental na sociedade moderna, permitindo a conectividade global e a partilha de conhecimento em todo o mundo. Contudo, a crescente adoção de políticas e regulamentações divergentes, a censura de conteúdos, a vigilância e a exploração comercial têm ameaçado a natureza democrática e inclusiva da rede. Este cenário é agravado pela guerra na Ucrânia, que adiciona tensões geopolíticas à discussão.

Paralelamente, e no sentido inverso, observa-se a disponibilização colaborativa e aberta de recursos digitais, como conhecimento, dados e software, que têm sido utilizados em benefício comum. Um exemplo notável foi a colaboração mundial no combate à COVID-19, que impulsionou o desenvolvimento de vacinas seguras e a sua distribuição em grande escala.

Neste contexto, é essencial discutir estratégias e políticas para preservar a integridade da Internet como um recurso global, aberto e acessível a todos e contribuir para o Pacto Digital Global, cuja finalização está prevista para a Cimeira do Futuro em setembro de 2024.

- A Internet como espaço aberto, colaborativo e baseado em princípios de descentralização, neutralidade e liberdade de acesso à informação, enfrenta sérios desafios.
- Em nome da segurança nacional ou da moralidade, assiste-se ao surgimento de políticas de censura, vigilância e exploração comercial que aumentam as restrições de acesso e a monitorização das atividades dos utilizadores, ameaçando, dessa forma, a natureza democrática e inclusiva da Internet.

- Compreendendo a necessidade de regulamentação, é crucial distinguir entre regulamentação necessária e a regulamentação abusiva que conduz à fragmentação da rede e potenciam o surgimento de bolhas de informação que limitam o acesso a recursos digitais comuns em diferentes regiões.
- A literacia digital é fundamental para compreender e combater os efeitos da fragmentação e garantir o efetivo acesso universal às oportunidades oferecidas pela Internet.
- É necessário encontrar um equilíbrio entre os interesses individuais e o benefício comum da partilha de conhecimento, considerando-se indispensável o combate à concentração excessiva de poder e ao bloqueio de inovações importantes para a sociedade.
- A cooperação internacional, a diplomacia digital e o envolvimento da sociedade civil, são cruciais na definição de princípios comuns que salvaguardem a abertura, a neutralidade e a segurança da Internet e a proteção dos bens comuns digitais essenciais a um futuro digital próspero e sustentável.
- É importante alinhar a discussão com os direitos humanos e colocar o ser humano no centro do debate, assegurando políticas e regulamentações orientadas para o interesse público e garantindo a permanência da Internet como um espaço aberto, livre, seguro e colaborativo.

# PROMOTE REGULATION OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE

**Keynote speaker:** Kilian Gross, Directorate-General CONNECT at the European Commission

**Oradores:**

Arlindo Oliveira, INESC

Helena Martins, Google

Magda Cocco, VdA – Vieira de Almeida

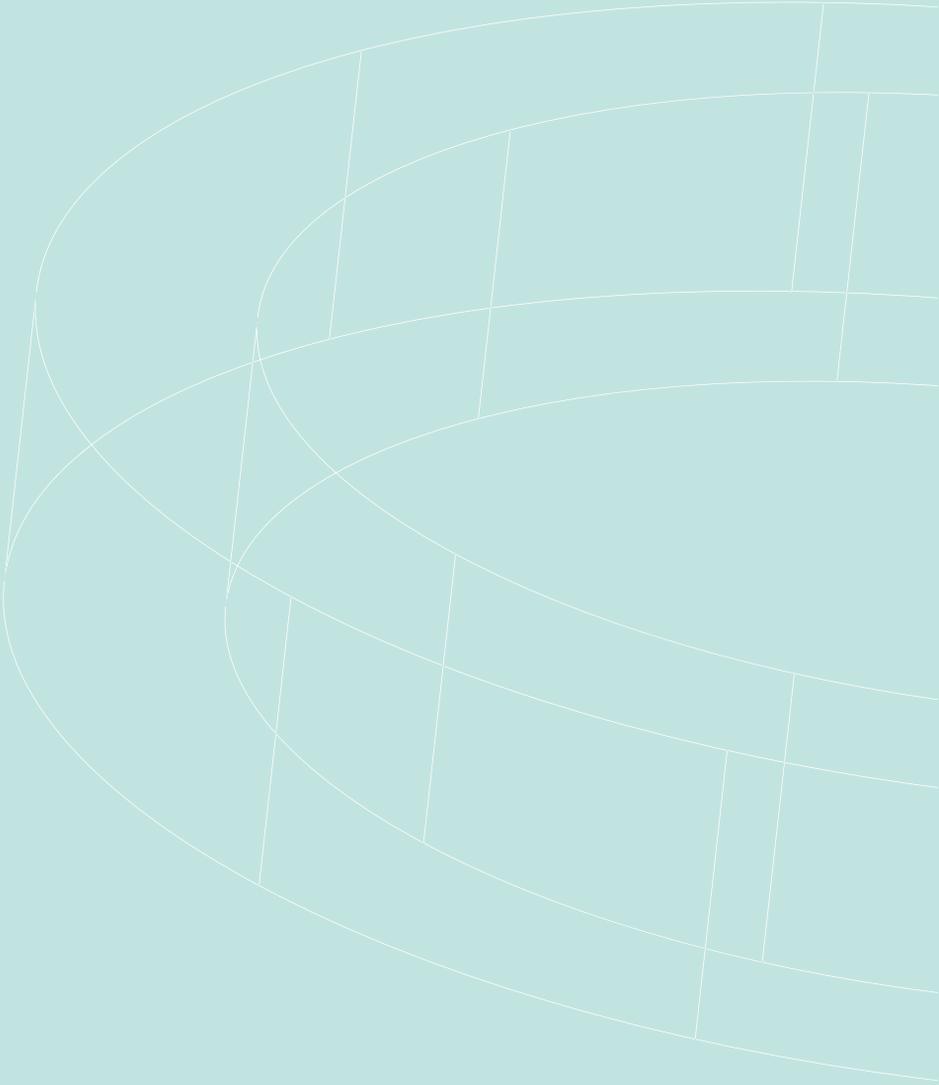
Paulo Dimas, Center for Responsible AI

**Moderador:** Rogério Carapuça, APDC

**Relatora:** Isabel Travessa, Editora de conteúdos @ APDC

- Não é aconselhável regular a IA como tecnologia em si, mas sim as suas diferentes aplicações, já são estas que exigem regras específicas para poderem ser desenvolvidas e implementadas nos vários setores de atividade;
- A regulação da IA é considerada positiva, porque vem dar confiança e certeza ao mercado e aos diferentes players da cadeia de valor. Mas, para ser eficaz, terá de ser equilibrada, garantindo a promoção da inovação e, em paralelo, a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos;
- A versão final do EU IA Act terá de ser à "prova de futuro", garantindo-se a sua atualidade quando entrar em vigor, uma vez que a aceleração tecnológica é hoje verdadeiramente exponencial e trata-se de um pacote regulatório muito intenso;
- A regulação tem de ser tecnologicamente neutra, não impondo ou discriminando a utilização de determinados tipos de tecnologias/sistemas de IA que respondem a casos concretos, e de forma a permitir a tomada de medidas rápidas e adequadas, no âmbito da promoção ou regulação de sistemas de IA;

- As regras do EU IA Act terão de potenciar a inovação e o desenvolvimento de sistemas de IA, sob pena da UE ficar em risco de se atrasar face a outras geografias. Para isso, impõe-se que haja know-how que permita uma regulação inteligente em todos os estados-membros, que terão, entretanto, de se preparar para a implementação das novas regras;
- Estando a IA cada vez mais presente em tudo, integrada nas ferramentas e nos sistemas operativos dos dispositivos, é indispensável que seja sempre controlada pelos humanos, garantindo-se que as soluções sejam seguras e responsáveis.



# CONNECT ALL PEOPLE TO THE INTERNET, INCLUDING ALL SCHOOLS

## Speakers:

Luís Gaspar, [ANACOM](#)

Ricardo Salgado, [dstelecom](#)

Martijn van Delden, [Amazon Kuiper](#)

**Moderator:** Fátima Caçador, [Casa dos Bits](#)

**Rapporteur:** Manuel da Costa Cabral, [ANACOM](#)

Connectivity is a key driver for online inclusion. Connectivity depends on good territorial coverage, the availability of affordable online services and applications, and the motivation of users to derive maximum benefit from it.

Users' willingness to access the internet needs to be stimulated through increased digital literacy, effective security, privacy, fostering trust in the use of electronic communications and greater empowerment of the individual experience of using the internet in the face of increasing mediation by large digital platforms. This is the only way digital transformation can maximize the benefit of each individual when accessing to the Internet. Different and innovative technological solutions with gigabit capacities, low latency and high quality of experience are essential.

Public policies that involve the private sector and other civil society organizations must continue to be designed and implemented, and clear and stable regulatory frameworks must be established for electronic communications markets, where the complementarity of services and technological solutions contributes to the creation of value for consumers.

Portuguese initiatives are thus aimed at promoting competition, creating a regulatory environment that stimulates investment, competitive prices and the existence of diversified offers to meet the effective needs of users.

These regulatory initiatives take the form of the allocation and renewal of spectrum usage rights with network access and territory coverage obligations; the promotion of fiber installation in regions with a shortage of fiber supply through the tender for the elimination of white areas with the inclusion of public funding; with the

imposition of obligations of access to poles and ducts of the operator with significant market power and with the imposition of obligations on all operators to access infrastructures considered suitable for electronic communications, which are made available on a georeferenced data platform with the mapping of such infrastructures.

In addition to fostering competitive conditions, complementary mechanisms, such as the creation of social tariffs for Internet access, may prove particularly useful for the accessibility of lower-income consumers.

All connectivity and availability measures are thus aimed at increasing competition and territorial cohesion, ensuring digital services in a variety of areas such as health, education, justice, social security or civil protection, while ensuring adequate user protection.

# DATA GOVERNANCE AND TRUST/MISLEADING CONTENT

## Speakers:

Graça Canto Moniz, [Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa](#)

Luis Silveira Botelho, [IGAC](#)

Paulo Fonseca, [DECO](#)

Pedro Portugal Gaspar, [ASAE](#)

Pedro Verdelho, [Procurador da República](#)

**Moderator:** Marta Moreira Dias, [.PT](#)

**Rapporteur:** Luís Pisco, [DECO](#)

- Consumers' willingness to provide personal data in digital environment is greater than in the physical world, often without them reading or being informed of the consequences, before giving their consent.
- Digital asymmetry is an increasingly worrying fact, as the use of AI in the digital world, manipulates the consumer through the use of dark patterns and other techniques, conditioning his freedom of choice. In this sense, some practices should be regulated and others prohibited.
- Public entities responsible for inspection and law enforcement must adapt their organizations and procedures to the new reality and digital business models.
- The European "castle" of legal protection of personal data contrasts with the absence or lesser protection of these rights in other parts of the globe, weakening its effectiveness and hindering the desirable free and protected data flow.
- The understanding between public and private entities is essential for the development of mechanisms to prevent and dissuade practices and behaviors in the digital environment that violate privacy and copyright.
- Investment in measures to fight digital illiteracy should be aimed at increasingly younger consumers and follow their growth as individuals.

# AVOID INTERNET FRAGMENTATION AND DIGITAL COMMONS AS A GLOBAL PUBLIC GOOD

## Speakers:

Andrea Beccalli, [ICANN](#)

Fátima Caçador, [Casa dos Bits](#)

João Nuno Ferreira, [FCT](#)

Luisa Ribeiro Lopes, [.PT & INCoDe.2030](#)

**Moderator:** Ana Cristina Neves, [FCT](#)

**Rapporteur:** André Silva, [CNCS](#)

The internet has played a key role in modern society, enabling global connectivity and knowledge sharing worldwide. However, the increasing adoption of divergent policies and regulations, content censorship, surveillance and commercial exploitation have threatened the democratic and inclusive nature of the network. This scenario is exacerbated by the war in Ukraine, which adds geopolitical tensions to the discussion.

Simultaneously, there is growth in collaborative and open availability of digital resources, such as knowledge, data, and software, which have been used for common benefit. A notable example was the global collaboration to fight COVID-19, which boosted the development of safe vaccines and their large-scale distribution.

In this context, it is essential to discuss strategies and policies to preserve the integrity of the internet as a global resource, open and accessible to all, and to contribute to the Global Digital Compact, which is expected to be finalised at the Future Summit in September 2024.

- The Internet as an open, collaborative space based on principles of decentralisation, neutrality, and freedom of access to information, faces serious challenges.
- In the name of national security or morality, we are witnessing the emergence of censorship, surveillance and commercial exploitation policies that increase access restrictions and monitoring of users' activities, threatening the democratic and inclusive nature of the Internet.

- Understanding the need for regulation, it is crucial to distinguish between necessary regulation and abusive regulation that leads to the fragmentation of the network and fosters information bubbles limiting access to digital resources in different regions.
- Digital literacy is essential to understand and combat the effects of fragmentation and ensure effective universal access to opportunities offered by the Internet.
- It is necessary to strike a balance between individual interests and the benefit of knowledge sharing, with a focus on tackling excessive concentration of power and combating the blocking of important innovations for society.
- International cooperation, digital diplomacy and civil society engagement are crucial in defining common principles that safeguard the openness, neutrality and security of the internet and the protection of the digital commons, essential for a prosperous and sustainable digital future.
- It is important to align the discussion with human rights and place the human being at the centre of the debate, ensuring policies and regulations oriented towards the public interest and guaranteeing the Internet remains an open, free, secure, and collaborative space.

# PROMOTE REGULATION OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE

**Keynote speaker:** Kilian Gross, Directorate-General CONNECT at the European Commission

**Speakers:**

Arlindo Oliveira, INESC

Helena Martins, Google

Magda Cocco, VdA – Vieira de Almeida

Paulo Dimas, Center for Responsible AI

**Moderator:** Rogério Carapuça, APDC

**Rapporteur:** Isabel Travessa, Editora de conteúdos @ APDC

- It is not advisable to regulate AI as a technology itself, but rather its different applications, which require specific rules to be developed and implemented in the different sectors of activity.
- The regulation of AI is considered positive because it gives confidence and certainty to the market and to the different players in the value chain. But to be effective, it will have to be balanced, ensuring the promotion of innovation and, at the same time, the protection of citizens' fundamental rights.
- The final version of the EU AI Act will have to be 'future-proofed', ensuring its currency when it comes into force, since technological acceleration is truly exponential today and it is a very intense regulatory package.
- Regulation must be technologically neutral, not imposing or discriminating against the use of certain types of AI technologies/systems that respond to specific cases, and in a way that allows rapid and appropriate measures to be taken within the scope of promoting or regulating systems AI.

- The rules of the EU AI Act will have to encourage innovation and the development of AI systems, otherwise the EU will be at risk of falling behind other geographies. To achieve this, there must be know-how that allows intelligent regulation in all member states, which will have to prepare for the implementation of the new rules.
- With AI increasingly present in everything, integrated into the device operating systems and tools, it is essential that it is always controlled by humans, ensuring that solutions are secure and responsible.





[www.governacaointernet.pt](http://www.governacaointernet.pt)